



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se rezebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre . . . . .	200\$
A 1.ª série . . . .	140\$	“ . . . . .	80\$
A 2.ª série . . . .	120\$	“ . . . . .	70\$
A 3.ª série . . . .	120\$	“ . . . . .	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4850 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37:701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## SUMÁRIO

### Ministério do Interior :

**Portaria n.º 13:812** — Aprova a distribuição do pessoal do Instituto de Assistência à Família e suas delegações que não esteja compreendido no quadro de direcção e chefia.

### Ministério da Justiça :

**Portaria n.º 13:813** — Determina que sejam entre si anexados os serviços do registo civil e do registo predial no concelho de Cabeceiras de Basto.

### Ministério do Ultramar :

**Portaria n.º 13:814** — Prorroga até ao fim do exercício de 1952 o prazo de validade do crédito aberto na província ultramarina de Moçambique pela Portaria n.º 8:783, de 17 de Março de 1951.

**Portaria n.º 13:815** — Introduz alterações na Portaria n.º 13:761, que aprova os orçamentos da receita e tabelas de despesa dos orçamentos gerais de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor para o ano de 1952.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção-Geral da Assistência

#### Portaria n.º 13:812

Nos termos do artigo 170.º e § 1.º do Decreto-Lei n.º 35:108, de 7 de Novembro de 1945, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31:913, de 12 de Março de 1942: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que o pessoal do Instituto de Assistência à Família e suas delegações que não esteja compreendido no quadro de direcção e chefia seja distribuído pelo seguinte mapa:

Número de funcionários	Categorias	Vencimento	Gratificação
<i>a) Pessoal administrativo:</i>			
1	Segundo-oficial . . . . .	N	-
5	Terceiros-oficiais . . . . .	Q	-
8	Escriturários de 1.ª classe . . . . .	S	-
30	Escriturários de 2.ª classe . . . . .	U	-
8	Dactilógrafos . . . . .	U	-
<i>b) Pessoal do serviço social:</i>			
22	Assistentes sociais . . . . .	P	1.000\$00
1	Médico . . . . .	-	-
26	Auxiliares sociais de 1.ª . . . . .	S	-
52	Auxiliares sociais de 2.ª . . . . .	U	-
80	Auxiliares sociais de 3.ª . . . . .	X	-

Número de funcionários	Categorias	Vencimento	Gratificação
<i>c) Pessoal menor:</i>			
5	Continuos . . . . .	(a)	X
22	Auxiliares de limpeza . . . . .	Z	-
<i>d) Pessoal que transitou do Comissariado do Desemprego, ao abrigo do disposto no artigo 186.º do Decreto-Lei n.º 35:108:</i>			
2	Primeiros-oficiais . . . . .	(b)	L
1	Segundo-oficial . . . . .	(b)	N
2	Terceiros-oficiais . . . . .	(b)	Q
2	Escriturários de 1.ª . . . . .	(b)	S
<i>e) Pessoal do serviço social a custear pelas organizações locais de assistência (fora do quadro):</i>			
-	Assistentes sociais . . . . .	(c)	P
-	Auxiliares sociais de 1.ª . . . . .	(c)	S
-	Auxiliares sociais de 2.ª . . . . .	(c)	U
-	Auxiliares sociais de 3.ª . . . . .	(c)	X

(a) Enquanto não vagar um lugar em Lisboa e outro no Porto manter-se-ão ao serviço vinte e quatro auxiliares de limpeza.

(b) Lugares a extinguir à medida que vagarem.

(c) Lugares a preencher conforme as necessidades do serviço.

*Nota.*— Este quadro considera-se em vigor desde o dia 1 do corrente e o pessoal nele previsto será distribuído pelos serviços centrais do Instituto e suas delegações conforme a conveniência dos serviços.

Ministério do Interior, 23 de Janeiro de 1952.—O Subsecretário de Estado da Assistência Social, *Alberto Ribeiro Queirós*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

#### Portaria n.º 13:813

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 2:049, de 6 de Agosto de 1951, sejam entre si anexados os serviços do registo civil e do registo predial no concelho de Cabeceiras de Basto.

Ministério da Justiça, 23 de Janeiro de 1952.—O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.